

# Samarco e credores têm audiência de conciliação

Após uma série de questionamentos de ambas as partes, foi definida nova data, 28 de abril, para assembleia votar plano alternativo de recuperação judicial da empresa

Por Cibelle Bouças — De Belo Horizonte

14/04/2023 05h02 · Atualizado há um mês



A Samarco, em recuperação judicial desde abril de 2021 com dívidas de R\$ 50 bilhões, e seus credores tiveram na quinta-feira (13) uma audiência de conciliação, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para resolver pendências que permitam a votação de um novo plano de recuperação judicial. Em março, a Justiça rejeitou o plano alternativo de recuperação apresentado pelos credores trabalhistas da Samarco e determinou a realização da assembleia geral de credores, nos dias 5 e 10 de abril, para votar o plano apresentado pelos credores financeiros no ano passado.

Após uma série de questionamentos levantados pelas partes, a data da assembleia foi adiada para 28 de abril. O relator do processo de recuperação judicial, desembargador Moacyr Lobato, pediu para ouvir as partes para resolver questionamentos levantados pelas empresas. Uma das questões em discussão era o pedido dos credores financeiros para receber a totalidade dos seus créditos acrescida de juros. A Samarco tenta obter desconto no valor da dívida para facilitar a quitação.

Procurado, o desembargador afirmou que a audiência é “uma construção muito delicada” e não deu mais detalhes. A Samarco e os credores financeiros também não quiseram comentar sobre o resultado da audiência.

Paralelamente à recuperação judicial, governos e empresas tentam concluir a repactuação do acordo de Mariana. O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em novembro de 2015, causou a morte de 19 pessoas e prejuízos ambientais ao longo do leito do Rio Doce, afetado pelo avanço dos rejeitos da barragem até a foz do rio, no Espírito Santo.

Na semana passada, representantes dos governos federal, de Minas Gerais e Espírito Santo se reuniram em Brasília e definiram a criação de um grupo de trabalho para definir os termos finais da repactuação do acordo de Mariana em até 60 dias. Um grupo de técnicos reuniu-se na segunda-feira (10) para avançar na repactuação.

Em outra frente, a Justiça Federal determinou que a **Vale** e a BHP, acionistas da Samarco, façam depósitos no total de R\$ 10,34 bilhões. O objetivo é garantir a reparação de danos ambientais em municípios do Espírito Santo atingidos pelos rejeitos da mineradora, entre eles Aracruz, Linhares, São Mateus e Serra. O depósito deve ser feito em dez parcelas mensais iguais e a primeira deve ser depositada em maio. Se as empresas não fizerem o pagamento, será determinado o bloqueio judicial no valor integral definido.

A decisão atendeu a um pedido do governo do Espírito Santo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal e ministérios públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Há preocupação de parte de investidores de que as empresas fiquem sujeitas a outras decisões do tipo, devido à falta de acordo para uma reparação efetiva aos atingidos.

Sobre a decisão judicial, a Samarco informou em nota que ela e suas sócias permanecem abertas ao diálogo e que mantém o compromisso com a reparação integral. “Até fevereiro de 2023, já foram indenizadas mais de 411,7 mil pessoas, tendo sido destinados mais de R\$ 28,78 bilhões para as ações executadas pela Fundação Renova”, afirmou. Procuradas, Vale e BHP não comentaram o assunto.